UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

FERNANDA GIANESELLA BERTOLACCINI

PADRÕES PRIVADOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: IMPACTOS SOBRE
O ETANOL BRASILEIRO

São Paulo
2016

FERNANDA GIANESELLA BERTOLACCINI

PADRÕES PRIVADOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: IMPACTOS SOBRE
O ETANOL BRASILEIRO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Direito, da
Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo, como exigência parcial para a obtenção
do título de Mestre em Direito

Área de Concentração: Direito do Comércio
Internacional

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Miniuci Ferreira
Junior

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação de Direito
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

BERTOLACCINI, Fernanda Ganesella.

Padrões privados no comércio internacional: impactos sobre o etanol brasileiro. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito / Fernanda Ganesella Bertolaccini; orientador Prof. Dr. Geraldo Miniuci Ferreira Junior. – São Paulo, 2016.

130 f.

Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2016.

1. Padrões Privados. 2. Sustentabilidade. 3. Barreiras não tarifárias. 4. Organização Mundial do Comércio. 5. Etanol.

BERTOLACCINI, Fernanda G., **Padrões privados no comércio internacional: impactos sobre o etanol brasileiro**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento _____	Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha avó, pela inspiração.

À minha mãe e irmã, pela ausência demorada.

À Fa, pela ternura forte. Ao T, pelos cuidados. Ao Ken, pelo cérebro, motivação e companheirismo. Aos três, pelo amor.

À agência de fomento CAPES.

Ao meu orientador, pela confiança, lições ensinadas e primeiros passos na licenciatura.

RESUMO

BERTOLACCINI, Fernanda G., **Padrões privados no comércio internacional de etanol**. 2016. 130f. Tese [Mestrado] – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Há, no direito do comércio internacional, crescente debate sobre os impactos dos padrões privados de sustentabilidade (PPS). Os polos de emissão dos novos marcos regulatórios do comércio internacional estão cada vez menos concentrados nos foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio. A inação dos atores estatais nas esferas globais frente às imediatas demandas do mercado e dos consumidores deu origem a padrões de sustentabilidade emitidos por entidades privadas. Os PPS são padrões *de facto* mandatórios e possuem efeitos positivos e negativos ao comércio – fato que é observado na produção e no comércio de etanol brasileiro para o mundo. Não há, no entanto, claro foro internacional para resolver os litígios e barreiras ao comércio que possam surgir da proliferação destas normas no mundo. O trabalho divide-se em quatro partes. Na primeira, discute-se, no panorama internacional, se há definição e classificação sobre padrões privados, bem como as formas com que os padrões podem ser aplicados como barreiras desnecessárias ao comércio. A segunda parte esclarece a relevância do etanol para as exportações brasileiras e define a seleção de parâmetros para análise jurídica empírica das entidades não governamentais emissoras de PPS que incidem sobre o produto em questão. A terceira parte aborda de forma transversal os dados obtidos pela análise dos padrões. A quarta e última parte volta-se ao tratamento normativo dado aos padrões privados no âmbito OMC, avaliando se é possível a responsabilidade direta e indireta do Estado sobre os efeitos dos PPS, por meio da interpretação dos Acordo sobre SPS, sobre TBT e GATT, em consonância com jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias.

Palavras-chave: Padrões Privados. Sustentabilidade. Barreiras não tarifárias. Organização Mundial do Comércio. Etanol.

ABSTRACT

BERTOLACCINI, F. G., **Private Standards on International Trade: Impacts on Brazilian Ethanol**. 2016. 130 pages. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

There is, in the field of international trade law, growing debate over the impact of private sustainable standards (PSS) on trade. The poles of the new regulatory frameworks for international trade are increasingly concentrated outside multilateral fora such as the World Trade Organization. The inaction of state actors in global spheres in the face of immediate market and consumer demands has given rise to sustainability standards issued by private entities. PSS are *de facto* mandatory standards and have positive and negative effects on trade – a fact that is observed in the production and trade of Brazilian ethanol to the world. There are, nonetheless, no clear international fora for resolving litigation and trade barriers that may arise from the proliferation of these standards into the world. The work is divided into four parts. The first will discuss, in the international arena, whether there is definition and classification of private standards, and the ways in which the standards can be applied as unnecessary barriers to trade. The second part clarifies the relevance of ethanol for Brazilian exports and defines the selection of parameters for the empirical legal analysis of non-governmental entities that issue PSS that focus on the product in question. The third part addresses in a transversal way the data obtained by analysis of the standards. The fourth and final part focuses on the normative treatment of private standards within the WTO, assessing whether the direct and indirect State responsibility over the effects of the PSS is possible through the interpretation of the SPS, TBT and GATT Agreements, in line with the jurisprudence of the Dispute Settlement Body.

Key-words: Private Standards. Sustainability. Non-Tariff Barriers. World Trade Organization. Ethanol.

SUMÁRIO

1	
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PADRÕES PRIVADOS DE SUSTENTABILIDADE.....	13
2.1 ELEMENTOS NORMATIVOS DOS PADRÕES PRIVADOS DE SUSTENTABILIDADE	14
2.1.1 Padrões e regulamentos	14
2.1.2 Formuladores.....	22
2.1.3 Objetivos e efeitos	26
2.2 HÁ UMA EPIDEMIA?	31
2.3 HÁ OBRIGATORIEDADE?	32
2.4 HARMONIZAÇÃO E ESFORÇOS PARA CONTORNAR EFEITOS NEGATIVOS DOS PADRÕES PRIVADOS	34
2.4.1 ISO.....	34
2.4.2 International Social and Environmental Accreditation and Labelling Alliance (ISEAL)	35
2.4.3 United Nations Forum on Sustainability Standards (UNFSS)	37
2.4.4 Standards and Trade Development Facility (STDF)	38
2.4.5 Breve comparação entre ISO, ISEAL e TBT	38
3 PPS EM ETANOL	40
3.1 IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO ETANOL BRASILEIRO	41
3.2 PARÂMETROS E JUSTIFICATIVAS.....	43
3.2 ROL DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS ABORDADAS.....	47
4 IMPACTOS DOS PPS NA PRODUÇÃO DO ETANOL BRASILEIRO.....	55
4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA SEDE DA ENTIDADE OU POLO EMANADOR DE PPS, ESQUEMAS DE AUDITORIA OU ACREDITAÇÃO INCIDENTES NA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ETANOL BRASILEIRO	55
4.2 NECESSIDADE DE AUDITORIAS E AVALIAÇÕES DE CONFORMIDADE, SEU TIPO E FREQUÊNCIA ESPERADA	56
4.3 COMPOSIÇÃO DOS ATORES.....	58

4.3.1 Produtores e varejistas	59
4.3.2 Bancos e instituições financeiras	60
4.3.3 Governo	60
4.3.4 ONGs	61
4.3.5 Academia e instituições de ensino	62
4.3.6 Consumidores	62
4.4 OBRIGATORIEDADE DE ADESÃO	63
4.5 OBSERVAÇÕES DE DEMAIS PADRÕES INTERNACIONAIS	64
4.6 NORMAS POR ASSUNTO	65
4.6.1 Meio Ambiente	65
4.6.2 Social	67
4.6.3 Gestão	69
4.6.4 Qualidade	71
4.6.5 Ética	72
4.6.6 Análise global	74
4.7 CONCLUSÕES	76
5 POSSÍVEIS SOLUÇÕES NO ÂMBITO DA OMC	78
5.1 TRATAMENTO DOS PPS NA OMC	78
5.2 COMITÊ SOBRE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS - DISCUSSÕES	80
5.3 COMITÊ SOBRE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO - DISCUSSÕES	83
5.4 RESPONSABILIDADES AO ESTADO – OS ACORDOS DA OMC	84
5.4.1 Obrigações e princípios	84
5.4.2 Implementação	89
5.4.3 Responsabilidade	93
6 CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXO 1 – TABELAS E GRÁFICOS	110

1 INTRODUÇÃO

Há, no direito do comércio internacional, crescente debate sobre os impactos do Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA) e sobre os efeitos do conceito de sustentabilidade na economia. Os polos de emissão dos novos marcos regulatórios do comércio internacional estão cada vez menos concentrados nos foros multilaterais consagrados, como a Organização Mundial do Comércio. A questão ganha ainda mais complexidade ao considerarmos os efeitos no comércio de barreiras normativas em princípio voluntárias ao comércio internacional. De fato, os princípios advindos do DIMA têm permeado as demais esferas do direito. Temos que ações baseadas em uma série de princípios e diretrizes hoje consolidados nas Metas de Desenvolvimento Sustentável vêm pautado cada vez mais relações de produção e comércio, ainda que o arcabouço normativo do DIMA seja, em grande parte, composto por normas programáticas e declarações, com pouca executoriedade e efetividade. Tem sido percebida pela comunidade acadêmica uma proliferação de barreiras normativas ao comércio que não advém de entidades governamentais. Esses padrões privados operam sob o arcabouço da sustentabilidade e têm gerado tanto benefícios quanto problemas ao comércio internacional.

Enquanto ainda não há consenso internacional sobre seus impactos ou definições, os padrões privados, em geral, são formulados e estabelecidos por entidades não governamentais, tais como revendedoras, varejistas, associações de produtores, grupos da sociedade civil, terceiro setor, instituições acadêmicas, governos e instituições financeiras, individualmente ou em conjunto, com ou sem inclusão e abertura à participação da base das cadeias produtivas. Esses atores estabelecem regras relacionadas a temas que englobam diversos aspectos presentes na produção de determinado bem ou serviço, passando por meio ambiente, questões sociais e trabalhistas, governança e ética, qualidade e administração econômica e financeira. Os Padrões Privados de Sustentabilidade (PPS) podem estimular o desenvolvimento e a adoção de práticas e condutas em países exportadores e cadeias globais de valor, podendo, ainda, configurar vantagem competitiva e diferenciação de produtos similares a produtores, fornecedores e exportadores ao longo da cadeia produtiva transnacional. A proliferação e a consolidação dos padrões voluntários têm sido objeto de intenso debate e preocupação em diversos foros internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e United Nations Forum on Sustainability Standards (UNFSS), especialmente por parte dos países em desenvolvimento exportadores.

Há um aumento significativo de estudos científicos e de iniciativas de regulamentação sobre produção e comércio relacionados à sustentabilidade. A gama de temas é extensa, abrangendo, por exemplo, uso de terra, segurança alimentar, informações nutricionais de alimentos em geral, produtos farmacêuticos, instrumentos médicos, qualidade e pureza da água como produto e como insumo, gestão de sistemas hídricos, gestão de resíduos, gestão de sistemas energéticos, energias renováveis, economia resiliente e mudanças climáticas, infraestrutura acessível e sustentável, responsabilidade social, práticas de boa conduta, anticorrupção, transparência, consumo consciente, transporte e frete e pesca. Os temas e tópicos, como se vê, são multifocais e permitem diversas abordagens.

Como resultado das lacunas normativas e também da simples inação dos atores – estatais ou organizações internacionais – para estabelecer normas ou, ainda, por conta da ineficácia dos governos e das entidades internacionais para garantir a aplicação das normas internacionais, há enorme dificuldade de responsabilização de atores, em esferas internacionais e nacionais, que estejam operando de forma incongruente com o DIMA e com o Direito do Comércio Internacional. Padrões privados de sustentabilidade têm surgido como resposta de diversos setores para dirimir condutas nocivas ao meio ambiente na produção de determinado produto ou serviço.

É inegável que os PPS causem efeitos positivos ao comércio: grande parte da literatura demonstra que a elaboração e a motivação são o apoio e a implementação pela via privada de objetivos sustentáveis sociais, ecológicos, econômicos, trabalhistas, de boas práticas, por meio da aplicação dos princípios da abertura e participação, da transparência e da inclusividade na elaboração. No 16º Fórum Público da OMC Sobre Comércio Inclusivo, que ocorreu em outubro de 2016, o representante da *International Organization for Standards* (ISO), Reinhard Weissinger, durante sua fala na sessão 99, afirmou que, entre os autores de padrões privados, há uma ‘*coalition of the willing*’. Esta coalizão de interessados, por trabalhar com decisões via consenso entre pequenos grupos sem maiores diferenças entre si, estabelece novos níveis de *performance* sustentáveis.

De modo diverso, faz-se essencial destacar também os efeitos negativos dos padrões privados. A depender de quem são os polos emissores dessas normas privadas e seus objetivos, os padrões privados apresentam problemas com falta de abertura, transparência e participação. Padrões emitidos por atores econômicos podem pautar-se por autoavaliação, permitindo condutas enviesadas, falta de credibilidade, base científica insuficiente, proteção de mercado, barreiras desnecessárias ao comércio, proliferação de processos de avaliação, de conformidade e de certificação que não se comunicam, em diferentes mercados, acarretando

eventual exclusão de pequenos e médios produtores do mercado de potenciais consumidores. Conforme a UNFSS, atualmente há mais de 450 padrões voluntários de sustentabilidade em vigor.

O presente trabalho trata, primeiramente, da definição de padrões privados e da identificação dos possíveis efeitos negativos. Ressalta, ainda, a relevância econômica da produção e da exportação do etanol brasileiro, partindo-se para a análise das entidades não governamentais emissoras de PPS que incidem sobre a *commodity* em questão. Aborda, por fim, dentro do âmbito da OMC, se há caminhos normativos que permitam ao Órgão de Solução de Controvérsias analisar as possíveis barreiras normativas ao comércio oriundas de PPS e quais são, com base nos achados empíricos sobre PPS em etanol, as soluções possíveis.

Este trabalho será, em vista do percurso indicado, dividido em quatro partes.

A primeira parte discutirá, no panorama internacional, se há definição e classificação sobre padrões privados perante ISO, UNFSS e OMC, bem como as formas com que os padrões podem ser aplicados com barreiras desnecessárias ao comércio. Também nessa parte inicial serão estabelecidos quais os termos utilizados no presente trabalho.

A segunda parte buscará demarcar por que o etanol é uma *commodity* sustentável e a relevância do produto para as exportações brasileiras. Estabelecida a relevância do tema, após revisão de literatura sobre a seleção de parâmetros para análise, far-se-á breve descrição dos 23 polos emissores dos padrões e certificações que incidem atualmente nas exportações de etanol brasileiras.

A terceira parte analisará, de forma transversal, os dados obtidos pela classificação dos padrões estudados, traçando paralelos com o levantamento feito na primeira parte. Os parâmetros abordados são quem produz, onde são produzidos, qual a forma de auditoria, se há referência ou adoção de padrões internacionais, necessidade de adesão, entrada em vigor e, por fim, onde se encontram a maioria das normas e diretrizes: sobre meio ambiente, questões sociais, gerenciamento, qualidade ou ética.

A quarta e última parte buscará abordar se há tratamento normativo adequado aos padrões privados na OMC e se é possível a responsabilidade indireta do Estado por meio da constatação de inação governamental em obrigação de resultado presente no Acordo sobre SPS, artigo 13, e Acordo sobre (TBT), artigo 2.1 em conjunto com artigos 4 e 8. Será analisado, também, se é o Estado que pode ser responsabilizado diretamente, por meio das ações das entidades – argumento com base no artigo 14.4 do Acordo sobre TBT e o demais dispositivos do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), em consonância com jurisprudência dos casos Japan – Films, US – Clove cigarettes, US – Tuna II e US – Cool. A

análise do arcabouço normativo da OMC leva em consideração os achados no capítulo anterior para estabelecer se existem e quais são as possíveis soluções normativas para combater restrições desnecessárias ao comércio no âmbito da organização.

6 CONCLUSÃO

Há na elaboração, implementação e auditorias dos chamados padrões voluntários ao comércio – termo que neste trabalho engloba normas técnicas, padrões para produtos, processos, gestão e esquemas elaborados por entidades não governamentais –, possíveis efeitos restritivos ao comércio, uma vez que esses PPS acabam por ser *de facto* mandatórios por conta de acesso a mercado. As barreiras ao comércio se dão por conta da restrição, via PPS, do acesso ou da integração do produtor ou varejista às cadeias de insumo, da fidelização dos consumidores finais por meio de selos; e, por conta dos altos custos envolvidos com implantação e adequação do PPS escolhido, com auditorias e processos de avaliação de conformidade e, por fim, com a multiplicação desses custos fixos por conta da necessidade de adoção de diversos PPS para acesso a diferentes mercados.

Reconhece-se, neste trabalho, os efeitos positivos dos PPS. Os princípios advindos do DIMA têm permeado o comércio e as escolhas dos consumidores. As diretrizes e os princípios hoje consolidados nas Metas de Desenvolvimento Sustentável vêm pautado cada vez mais relações de produção e comércio, ainda que o arcabouço normativo do DIMA seja, em grande parte e em sua gênese, composto por normas programáticas e declarações, com pouca executividade e efetividade. É possível afirmar, ainda, que os PPS podem fomentar facilitação de adequação e implantação de padrões nacionais e internacionais, promoção de boas práticas ao comércio, melhoria de percepção e reputação da marca, facilitação de acesso a mercados, rápida resposta a novos riscos que afetem objetivos legítimos, estabelecimento de novos marcos normativos e facilitação para adoção de padrões internacionais ou nacionais diretamente, bem como abordar anseios e interesses dos consumidores.

Ainda que haja inegável motivação ambiental e social e preocupação com equidade e sustentabilidade inter e intrageracional, pode-se dizer que há uma crise de legitimidade e credibilidade por parte de cada uma das entidades não governamentais emissoras de PPS. Conforme analisado neste trabalho, há, atualmente, ao menos 3.671 padrões e diretrizes que incidem sobre a produção e a exportação do etanol brasileiro para o mundo, divididos em 30 PPS emitidos por 23 entidades emissoras. Essa proliferação normativa pode ter por consequência a exclusão de pequenos e médios produtores que não conseguem arcar com os custos envolvidos – paralelo que pode ser facilmente transposto para pequenas e médios Estados produtores no comércio internacional.

A quantidade de padrões e normas, ainda que tenham por base algumas normas da OIT ou diretrizes da ISO em comum, não são harmonizadas. Não há processo de

reconhecimento entre laboratórios ou institutos por parte das entidades abordadas, e tampouco harmonização – mecanismos utilizados por governos e Estados, internacionalmente, para dirimir as restrições desnecessárias ao comércio.

Ou seja, não somente há uma onerosa repetição de regulamentos a serem respeitados para os mercados de interesse – há, no caso do etanol brasileiro, uma marcante sobreposição entre os destinos de exportação do produto nacional e as sedes das 23 entidades abordadas. O etanol brasileiro, que, com o norte-americano, domina 80% do mercado e, em projetado crescimento de suas exportações pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem por principais parceiros os EUA e a União Europeia, respectivamente. Conforme visto anteriormente, os principais importadores do etanol brasileiro também são os maiores investidores em energias renováveis no mundo. Esses parceiros, que importam etanol brasileiro e são investidores em energias renováveis em seus próprios territórios, concentram e emitem mais de 95% das mais de três mil normas, também detendo mais de 90% das entidades estudadas neste trabalho em seu território. Quinze das vinte e três entidades que emitem PPS que incidem sobre a produção e exportação do etanol brasileiro encontram-se na Europa. Seis estão nos EUA. As duas restantes são uma chinesa e outra brasileira.

Para além do choque de interesses entre destino de exportação e sede das entidades não governamentais emissoras de PPS no caso do etanol, grande parte do discurso de legitimidade dos padrões consiste no fomento e exercício de transparência, na sustentabilidade ambiental e social da produção, na saúde e vida humana, animal e vegetal e na proteção ao consumidor. Entretanto, apenas 3 das 23 entidades têm, em seu órgão colegiado administrativo máximo, representantes diretos de consumidores ou associação de consumidores.

Não surpreendentemente, a maior e mais constante presença na composição dos conselhos diretores, diretora executiva ou outra denominação para o órgão interno com poder decisório são produtores, cooperativas e associações, além de varejistas e associações de empresas de varejo. Independentemente da composição histórica e das primeiras medidas da entidade específica, produtores e varejistas agindo conjuntamente apontam para uma convergência de interesses em regulamentar as cadeias de insumo e de produção, que são cada vez mais transnacionais e devem lidar com ordenamentos jurídicos distintos. O terceiro grupo com ao menos um representante em cada um dos órgãos analisados é o setor de instituições financeiras e bancárias. O achado está em consonância com a tendência dessas empresas e instituições em utilizarem critérios e PPS para dirimir riscos de investimento, bem como com o interesse em ser um ator no direcionamento das atividades dessas instituições.

Há, também, presença de representantes de instituições de ensino e pesquisa em aproximadamente metade das entidades estudadas, bem como de ONGs que atuam sobre qualidade de produtos, proteção da vida animal, vegetal e humana, proteção das populações locais e demais tópicos de sustentabilidade. É relevante ressaltar que, ainda que esses setores agreguem inegável legitimidade e credibilidade ao processo decisório das instituições, o grupo em questão só é mais presente que o grupo dos consumidores nos órgãos decisórios.

O setor governamental, englobando representantes de instituições, ministérios e autarquias, com maior ou menor função técnica, está presente em mais de 60% das entidades analisadas. O dado é, como abordado acima, um dos principais indicativos de que há não apenas ciência do governo das atividades das entidades não governamentais: há também efetiva participação no processo de tomada de decisões da entidade. É dado que enseja, perante a OMC, a possibilidade de responsabilidade estatal direta tanto indireta, por meio de inação governamental em obrigação de resultado presente no Acordo sobre SPS, Artigo 13, e Acordo sobre TBT, artigo 2.1 em conjunto com artigos 4 e 8, como indireta, por meio das ações das entidades – argumento *as if* com base na atribuição explícita contida no Artigo 14.4 do Acordo sobre TBT e Artigos XI, XII e XIII, *ad note*, do GATT, corroborados pela jurisprudência da OMC. Os PPS emitidos pelas entidades não governamentais com representantes do Governo em seus conselhos diretores são, indubitavelmente, conhecidos e reconhecidos pelo Membro em questão, não restando dúvidas sobre a ciência dos governos centrais das atividades das entidades, em consonância com jurisprudência dos casos abordados na presente dissertação.

Há, ainda, dois fatores que foram abordados para compor a classificação das entidades neste trabalho. O primeiro foi o uso de demais padrões internacionais para a elaboração dos PPS – adotados em maior ou menor grau por 22 das 23 entidades estudadas. As questões adjacentes a esse fator referem-se à diversidade dos padrões internacionais adotados - por exemplo, nem todos os PPS sociais se valem das mesmas normas da OIT como base –, e em que medida as entidades vão além do estipulado pelas normas internacionais em sua elaboração. A questão da legitimidade e do embasamento das normas em achados científicos deve ser estudada caso a caso e não foi objeto deste trabalho.

O segundo fator é a necessidade de alguma forma de associação ou filiação às entidades. Para mais da metade das entidades estudadas – 13 de 23 –, ainda que as normas estejam disponíveis e sejam de livre acesso, é necessário ser membro para contar com o estudo e com a avaliação da situação socioambiental, de infraestrutura e de gestão da parte interessada em cumprir com determinado padrão, bem como auxílio às auditorias de primeira,

segunda e terceira parte. Para a OMC, para que uma entidade seja reconhecida como órgão internacional de normalização, é preciso que seja aberta a ao menos todos os membros da OMC. A necessidade de deter a condição de membro foi analisada pelo OSC – e entidades que exigem este tipo de associação não podem ser consideradas como órgãos internacionais de normalização.

Se, por um lado, resta claro que os governos podem ser potencialmente responsabilizados por mais da metade das entidades não governamentais estudadas, é preciso, de outro, preciso determinar, ainda, se os PPS poderiam ensejar barreiras desnecessárias ao comércio. Isso foi analisado pelos tipos de auditorias e certificações previstas, pela quantidade de normas adotadas e pela falta de coerência e convergência entre elas.

A necessidade de auditorias foi um indicativo relevante para este aspecto. 15 de 22 das entidades (a OCDE não prevê auditorias) preveem auditorias de primeira parte, normalmente em forma de relatórios, e auditorias de segunda parte, realizadas pelas próprias entidades emissoras. Esses mecanismos não estão imbuídos de grande legitimidade e transparência e, além de onerosos, podem gerar ruídos e inconsistências entre auditorias. Dezesesseis entidades preveem auditorias de terceira parte, requisitadas em diferentes intervalos temporais. A associação entre os dois mecanismos, conforme vimos acima, é em geral resultado de diferentes etapas de comprometimento e implantação dos padrões.

De todas as entidades, todavia, cinco delas – excluindo-se a agência da ONU – contam apenas com *self-assessment* ou auditoria de segunda parte. Considerando-se o quadro conjunto de proliferação normativa e os custos envolvidos, temos uma situação em que há uma legitimidade e credibilidade frágeis. Estas cinco entidades apresentam maior risco de interpor uma barreira desnecessária ao comércio.

O segundo aspecto que foi considerado para analisar se os PPS em etanol podem ensejar barreira desnecessária ao comércio são a quantidade de normas adotadas. Considerando as normas ao meio ambiente, sociais, de gerenciamento, qualidade e ética, temos ao menos 3.671 normas e diretrizes em vigor emitidas por estas 23 entidades, das quais 2611 são mandatórias, com aplicação imediata ou nos cinco anos seguintes à adoção de determinado PPS. Todas essas milhares de normas não contam com mecanismos de harmonização e equivalência e fornecem acesso a mercados diferentes - ainda que na mesma localização geográfica.

Há 1163 normas obrigatórias e 429 recomendações que incidem sobre biodiversidade, carbono e mudanças climáticas, gestão florestal, gestão de solo, gestão de água, gestão de resíduos, uso de terras, produção orgânica e uso de energias renováveis na produção.

Abordadas sob o critério Social no presente trabalho encontram-se 1091 normas no conjunto de diretrizes e metas normativas obrigatórias, além de 361 recomendações que tratam de trabalho infantil, direitos trabalhistas, saúde e segurança do trabalho, práticas empregatícias, questões de gênero, comunidades locais e aplicação das 8 convenções-base da OIT. Dentro de Gestão, temos 237 normas mandatórias e 107 recomendações sobre produtividade, desenvolvimento econômico e finanças e investimento. Há, ainda, 64 padrões obrigatórios sobre processos e métodos de produção, armazenamento e qualidade final do produto e 67 recomendações. Por fim, dentro de Ética, há 56 normas que versam sobre anticorrupção, antissuborno, benefícios ou contribuições de origem política, benefícios ou contribuições caritativos, patrocínio, doações e presentes, relações entre parceiros comerciais, e avaliação de diligência (*due-diligence*) e 152 recomendações.

Há, portanto, óbvio impacto negativo da proliferação dessas normas em relação à harmonização. Ainda que os PPS tenham por base padrões internacionais, conforme visto no Capítulo 3, os desvios e incrementos à base normativa e a multiplicação das diretrizes são, definitivamente, mais restritivos que as regulamentações nacionais e internacionais. Equivalência entre normas, laboratórios, métodos e processos de avaliação de conformidade, usado em termo mais abrangente, uma vez que PPS são emitidos por entidades não governamentais, e não por Estados soberanos, também sofrem com a inventividade dos PPS. A questão da falta de transparência é alarmante: nas entidades estudadas, boa parte dos processos de tomada de decisão é opaca, sem respeitar os Seis Princípios do CTBT. Todo esse ruído e toda a falta de centralização geram desvios das regras e acordos multilaterais de comércio.

É inegável a proliferação normativa de PPS que incidem sobre o etanol brasileiro. A estimativa de custos de implantação, auditorias e manutenção, somadas às certificações, são, todas, arcadas por cada uma das partes interessadas e multiplicadas para cada um dos PPS adotados, que se tornam barreiras de acesso a mercado onerosas para os pequenos produtores em países em desenvolvimento. A autora pode afirmar que, para este estudo, realizado em 2016 no mercado de etanol brasileiro, há potencial para que barreiras normativas ao comércio atuem ou estejam em vigor e ainda sejam percebidas como longe do alcance do OSC da OMC.

O que a autora esperou com este trabalho foi abordar o que são os PPS, se há potencial para que barreiras desnecessárias ao comércio estejam em vigor na produção e exportação do etanol brasileiro para o mundo por meio da análise dos PPS incidentes neste nicho e ponderar possíveis caminhos normativos dentro da OMC para levar a questão à luz do OSC da OMC

por meio de responsabilidade direta e indireta dos Estados membros que sediem as entidades não governamentais emissoras de PPS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, W. M., **Green Development: Environment and Sustainability in the Third World**, Routledge, New York, 2003, 2a. Ed.

AMARAL JÚNIOR, A. **A integração entre o comércio internacional e a proteção do meio ambiente**. Tese apresentada para o concurso de provas e títulos para o provimento do cargo de Professor Titular no Departamento de Direito Internacional – Área de Direito do Comércio Internacional – da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

AMARAL, M. **Do “novo protecionismo” ao “protecionismo privado”: a atuação da sociedade civil na regulação do comércio internacional**. Apex-Brasil, Outubro 2012, p.9. Disponível em: < <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/91c4c2a3-e121-4a36-9482-7e24e4d3c905.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BANCO MUNDIAL, **Beyond Economic Growth**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/depweb/english/beyond/global/chapter1.html>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, **End extreme poverty and promote shared prosperity**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTPOVERTY/Resources/WB-goals_final.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, **Strong demand for sustainability standards in the finance sector**, 11 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/IFC+Sustainability/Partnerships/Equator+Principles+Financial+Institutions/>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

_____, **The World Bank Group's Global Environment Facility Program**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/brief/gef>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BARRAL, V. Sustainable Development in International Law: Nature and Operation of an Evolutive Legal Norm. **The European Journal of International Law Vol. 23** (2), 2012.

BEYERLIN, U.; MARAUHN, T. **International Environmental Law**. Oxford: Hart Publishing, 2011.

BLACKMAN, A.; RIVERA, J., **The evidence base for environmental and socioeconomic impacts of 'sustainable' certification**. Resources for the future, Washington, 2010. Disponível em: < www.rff.org/files/sharepoint/WorkImages/Download/RFF-DP-10-17.pdf >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BOSSEL, H. **Indicators for Sustainable Development: Theory, Methods, Applications**. International Institute for Sustainable Development, Winnipeg, MB, Canada, 1999. Disponível em: < <http://www.iisd.org/library/indicators-sustainable-development-theory-method-applications>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BOWEN, D.; HOFFMANN, U. **Review of Key Systemic Issues and Findings Resulting from Activities of the International Task Force on Harmonization and Equivalence in Organic Agriculture (ITF) and the Global Organic Market Access (GOMA) Project**, United Nations Forum on Sustainability Standards – UNFSS, 2013. Disponível em:

<https://unfss.files.wordpress.com/2013/02/unfss_dp_itfgoma_v2.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BOYLE, A.; FREESTONE, D., **International Law and Sustainable Development: Past Achievements and Future Challenges**, Oxford. Oxford University Press 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cana-de-açúcar**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração Conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Mudança do Clima - Washington, D.C., de 30 de junho de 2015**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10386-declaracao-conjunta-brasil-estados-unidos-sobre-mudanca-do-clima-washington-d-c-30-de-junho-de-2015>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. EPE – Empresa de Pesquisa Energética, **Análise de Conjectura dos Biocombustíveis - Boletins Periódicos**, Ano de 2015. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/An%C3%A1lise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombust%C3%ADveis%20-%20boletins%20peri%C3%B3dicos/An%C3%A1lise%20de%20Conjuntura%20dos%20Biocombust%C3%ADveis1%20-%20Ano%202015.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

FOUNEX, **Report on Development and Environment**. Disponível em: <<http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Earth%20Summit%202012new/Publications%20and%20Reports/founex%20report%201972.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

CAREY, C.; GUTTENSTEIN, E., **Governmental use of voluntary standards: innovation in sustainability governance**, ISEAL Allingment, Londres, 2008.

CASHORE, B.; AULD, G.; NEWSOM, D. **Governing through markets: Forest certification and the emergence of non-state authority**. New Haven, Yale University, 2004, apud AMARAL, M. *supra*.

COSTA, L. **Comércio Internacional em OMC: Do Século XX ao Século XXI**, 2009, São Paulo.

DERKX, B.; GLASBERGEN, P. **Metagovernance in the Realm of Private Sustainability Standards**, Utrecht-Nejimen Programme on Partnerships, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2013d1_en.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

DORAN, P. **World Summit on Sustainable Development (Johannesburg): An assessment for IISD**. October 2002. Disponível em: <<http://www.iisd.ca/wssd/portal.html>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

DREXHAGE, J.; MURPHY, D. **Sustainable Development: From Brundtland to Rio 2012**, International Institute for Sustainable Development, United Nations Headquarters, New York, 2010. Disponível em: <http://ses.sp.bvs.br/local/File/Sustainable%20Development_From%20Brundtland%20to%20Rio%202012.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

EKARDT, F. Sustainability and a New Concept of Liberty, in **Sustainable Development in International and National Law**, Europa Law Publishing, Groningen, 2008,

FUCHS, D.; KALFAGIANNI, A.; HAVINGA, T. **Actors in private food governance: the legitimacy of retail standards and multistakeholder initiatives with civil society participation**. Springer, 2009.

FULPONI, L. **Private Voluntary Standards in the Food Sytem: The Perspective of Major Food Retailers in OECD Countries**, Food Policy, 2006.

GRUÉRE, G.; SENGUPTA, D. **GM-Free Private Standards and Their Effects on Biosafety Decision-Making in Developing Countries**, Food Policy (2009).

HENSON, S.; CASWELL J., **Food Safety Regulation: An Overview of Contemporary Issues**, in Food Policy, 1999.

HENSON, S.; HUMPHREY, J. **The impacts of private food safety standards on the food chain and on public standardsetting processes**, ALINORM 09/32/9D-Part II, Codex Alimentarius Commission, 2009. Disponível em: < www.fao.org/3/a-i1132e.pdf >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

HENSON, S.; HUMPHREY, J. **Understanding the Complexities of Private Standards in Global Agri-Food Chains**, 2008. Disponível em: < <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/HensonHumphreyLeuvenOct08.pdf> >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

HENSON, S.; NORTHERN, J., **Economic Determinants of Food Safety Controls in the Supply of Retailer Own-Branded Products in the UK**. Agribusiness 2, 1998.

HENSON, S.; REARDON, T. **Private Agri-Food Standards: Implications for Food Policy and the Agri-Food System**, Food Policy, 2005. Disponível em: < <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201301043993> >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

HOBBS, J. Public and Private Standards for Food Safety and Quality: International Trade Implications, in **Journal of International Law and Trade Policy**, 2010.

ISEAL, Assurance Code. Disponível em: <<http://www.isealalliance.org/our-work/defining-credibility/codes-of-good-practice/assurance-code>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, Impact Code. Disponível em: <<http://www.isealalliance.org/our-work/defining-credibility/codes-of-good-practice/impacts-code>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, ISEAL Mission Goals, 2013. Disponível em: < <http://www.isealalliance.org/online-community/resources/iseal-mission-goals-factsheet> >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, Our history. Disponível em: <<http://www.isealalliance.org/about-us/our-history>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, Our Members. Disponível em: <<http://www.isealalliance.org/our-members>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, Setting Social and Environmental Standards, ISEAL Code of Good Practice. Disponível em: < <https://www.isealalliance.org/sites/default/files/ISEAL%20Standard%20Setting%20Code%20v6%20Dec%202014.pdf> >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, Standard-Setting Code. Disponível em: <<http://www.isealalliance.org/our-work/defining-credibility/codes-of-good-practice/standard-setting-code>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

_____, State of the art in measuring the impacts of social and environmental standards - How it is being measured, London, 2008. Disponível em: < http://www.isealalliance.org/sites/default/files/R081_ISEAL_Measuring_Impacts_of_Standar_d_Systems_Public_Summary_Jan09.pdf >. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

ISO, About ISO. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/about.htm>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

____, COPOLCO. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/about/iso-and-the-consumer/copolco.htm>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

____, International Standards And “Private Standards”, 2010. Disponível em: <www.iso.org/iso/private_standards.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

____, ISO Guide 82, Guidelines for addressing sustainability in standards. Disponível em: <www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?csnumber=57775>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

____, ISO/IEC Guia 2:2006. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=7416>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

ITC, The State of Sustainable Markets 2015. Disponível em: <<http://www.intracen.org/publication/The-State-of-Sustainable-Markets/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

____, When do Private Standards Work? Geneva: ITC, 2012. ix, 52 pages. Disponível em: <http://www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Policy_Makers/Articles/When%20do%20Private%20Standards%20Work%20-%20Part%20IV%20for%20web.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

KOTZIAS, F.; BERTOLACCINI, F. Os padrões privados são sustentáveis? Anais do 13o Congresso de Direito Internacional, Unifor, 2015. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6875&Itemid=1847&limitstart=3>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

LEMBO, C. **Energia e o Sistema Multilateral de Comércio: ante o paradigma do Desenvolvimento Sustentável**. Tese apresentada para banca de avaliação doutoramento no Departamento de Direito Internacional – Área de Direito do Comércio Internacional – da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

MAERTENS, M., SWINNEN, J., **Trade, Standards and poverty: Evidence from Senegal**, World Development, 2009

MARCEAU, Gabrielle, WTO Public Forum 2016, session 99: Sustainability Standards: effects for developing countries’ SME trade, 29 September 2016. Disponível em: <https://www.wto.org/english/forums_e/public_forum16_e/wrksessions_e/session100_e.htm>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

MBENGUE, M. **Private standards and WTO law**, in **Bridges Trade BioRes Review**, Vol. 5, N. 1, 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/bioresreview/103540/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen. **Limits to growth: the 30 year update**. Vermont: Chelsea Green Publishing, 2004. Disponível em: <<http://www.donellameadows.org/archives/a-synopsis-limits-to-growth-the-30-year-update/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

NOBRE, Marcos, AMAZONAS, Maurício. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um Conceito**. Ibama, Brasília, 2002.

NUSDEO, Fábio. Desenvolvimento econômico: um retrospecto e algumas perspectivas. in: SALOMÃO FILHO, Calixto. (Coord.) **Regulação e Desenvolvimento**, São Paulo: Malheiros, 2002.

OMC, Actions Regarding SPS-Related Private Standards. G/SPS/55, 6 de Abril de 2011.

_____, Annual Report 2012.

_____, Decision of the Committee on Principles for the Development of International Standards, Guides and Recommendations with Relation to Articles 2, 5 and Annex 3 of the TBT Agreement. G/TBT/1/Rev.12. 21 de Janeiro de 2015.

_____, Eighteen Annual Review of the Operation and Implementation of the Agreement on Technical Barriers to Trade, G/TBT/33, Fevereiro de 2013.

_____, Minutes of the Meeting Held on 31 March 1999, G/TBT/M/15, 3 de maio de 1999.

_____, Private and Commercial Standards, Statement by Ecuador, G/SPS/GEN/764. 28 de fevereiro de 2007

_____, Private Standards and the SPS Agreement. Note by the Secretariat, G/SPS/GEN/746, 24 January 2007.

_____, Private voluntary standards and developing country market access: preliminary results, G/SPS/GEN/763, 2007.

_____, Proposed Working Definition of SPS-Related Private Standards, G/SPS/W/276, 28 de setembro de 2012.

_____, Report by The Commonwealth of the Bahamas to de WTO-SPS Committee on Private Standards and the SPS Agreement: The Bahamas Experience, G/SPS/GEN/746. 24 de janeiro de 2007

_____, Report of the Co-Stewards of the Private Standards E-Working Group to the March 2015 Meeting of the SPS Committee on Action 1, G/SPS/W/283, 13 de março de 2015.

_____, Review of the Operation and Implementation of the SPS Agreement, Draft Report of the Committee, Revision, G/SPS/W/280/Rev.2, 6 de novembro de 2014.

_____, Seventh Triennial Review of the Operation and Implementation of the Agreement on Technical Barriers to Trade Under Article 15.4, G/TBT/37, 3 de dezembro de 2015.

_____, Sixth Triennial Review of the Operation and Implementation of the Agreement on Technical Barriers to Trade Under Article 15.4, G/TBT/32, Novembro de 2012.

_____, Typology of Global Standards - Communication from the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), G/SPS/GEN/760, 26 de Fevereiro de 2007.

_____, World Trade Report 2012 – Trade and Public Policies: A closer look at non-tariff measures in the 21st century. OMC, Genebra, 2012.

OPEN WORKING GROUP ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS, **Introduction**, Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

PASCAL, L. **Private Standards in International Trade: issues and opportunities**, FAO, 2009.

PAUWELYN, J. **Non-Traditional Patterns of Global Regulation: Is the WTO ‘Missing the Boat’?**, Durham, 2004. Disponível em:

<http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2088&context=faculty_scholarship>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

ROBERTSON, Margaret, **Sustainability Principles and Practice**, Routledge, 2014.

SANDS, Philippe, **Principles of International Environmental Law**, Cambridge, 3a. Ed., 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras 2007.

SMITH, G., **Interaction of Public and Private Standards in the Food Chain**, OECD Food, Agriculture and Fisheries Working Papers, nº 15, 2009.

SNEDDON, C; HOWARTH, Richard B.; NORGAARD, Richard. B. **Sustainable development in a post-Brundtland world**. In: Ecological Economics, Vol. 57, No. 2, 2006.

SOARES, G. **Direito Internacional do Meio Ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

STEPHENS, T. **International Courts and Environmental Protection**, Cambridge, 2009.

STERN, Nicholas. **The Global Deal: climate change and the creation of a new era of progress and prosperity**. New York: Public Affairs, 2009.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, JP. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. No publisher specified, 2009.

THORSTENSEN, V, WEISSINGER, R., SUN, X., **Private Standards – Implications for Trade, Development and Governance**, ICTSD, Geneva, 2015.

THORSTENSEN, V., VIEIRA, A. **Private Standards or Market Standards in search for legitimacy in the International Trading System**, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16370/Private%20Standards%20or%20Market%20Standards_%20in%20search%20for%20legitimacy%20in%20the%20International%20Trading%20System.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

TRINDADE, A. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. S.A. Fabris, Porto Alegre, 1997.

UE. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030**. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX:52014DC0015>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

UNCTAD. Inter-Agency Working Group on the Private Investment and Job Creation Pillar of the G20 multi-year action plan on development. “Promoting standards for responsible investment in value chains” Report to the High-Level Development Working Group, Setembro de 2011.

UNCTAD, World Investment Report, 2013.

UNIDO, **Making Private Standards Work For You – A guide to private standards in the garments, footwear and furniture sectors**, Viena, 2010.

VAN DE PORT, P., durante Expert Group Meeting da UNIDO, em Viena, 8-9 de maio de 2008, apud UNIDO, **Making Private Standards Work For You – A guide to private standards in the garments, footwear and furniture sectors**, Viena, 2010.

WOUTERS, J, GERAETS, D. **Private food standards and the World Trade Organization: some legal considerations**, World Trade Review (2012), 11: 3.

ZHU, W, HE, J. **International Court of Justice's Impact on International Environmental Law: Focusing on the Pulp Mills Case** in Yearbook of International Environmental Law. Oxford University Press, 2013.

Jurisprudência

OMC, AB Report, US – Clove Cigarettes

OMC, AB Report, US — COOL,

OMC, AB Report, US – Tuna II (Mexico), 16 May 2012

OMC, Panel Report, Japan - Measures Affecting Consumer Photographic Film and Paper, DS44/R

OMC, Panel Report, US — Tuna II (Mexico), 15 de Setembro de 2011

ANEXO 1 – Tabelas e Gráficos

Compêndio de tabelas e gráficos.

Tabela 1: Tipologia dos padrões privados no setor de alimentos da FAO, elaborada por Pascal, L.

Quem emite	Setor empresarial					Setor sem fins lucrativos						
	Indústria Alimentar e varejistas (firmas únicas ou grupos industriais)			Organizações de fazendeiros, de exportadores e associações comerciais		ONGs						
Objetivos do emissor	Gestão da cadeia de fornecimento			Acesso a mercado, diferenciação de produto, valor agregado		Promover e premiar práticas comerciais sustentáveis e éticas						
Criada para	Fornecedores			Produtores e Indústria Nacional		Produtores e comerciantes						
Objetivo imediato do padrão	Segurança Alimentar	Não conter transgênicos	Qualidade intrínseca do produto	Segurança alimentar e questões sociais	Qualidade intrínseca do produto	Proteção ambiental e sustentabilidade agrícola		Questões sociais		Demandas culturais		Outras questões éticas
Objetivo operacional do padrão	Adoção de boas práticas e rastreabilidade		Qualidade nutricional e fitossanitária	Adoção de boas práticas agrícolas	Marcas relacionadas à regras de origem, métodos de produção tradicional	Agricultura orgânica (países desenvolvidos tem regulamentos técnicos)	Conservação de recursos naturais e proteção de espécies animais e vegetais	Fair Trade	Direitos trabalhistas, trabalho infantil	Religiosas	Marcas relacionadas a regras de origem, métodos de produção tradicional	Bem-estar animal
Exemplos	GlobalGAP, BRC, SQF, IFS, Tesco's Nature's Choice, MPS			KENYAGAP, Thai Q, ChileGAP, Colombia Gloverde, FLorEquador, Bio Suisse	Florida Oranges	IFOAM Basic Std, Soil Association, East African Organic Std., Naturland, MPS	Rainforest Alliance, Bird-friendly, Dolphin-friendly, GMO-free Conservation Agriculture	FLO, Bio-équitable, Ecocert, IMO, Fair for Life	SA-8000	Halal, Kosher	Queijo Cotija	Aves criadas soltas e seus ovos
Esquemas	B2B	B2B e B2C		B2B	B2C	B2C			B2B	B2C		
Etiquetagem	Não	Sim e não		Não	Sim	Sim			Não	Sim		
Principais benefícios para produtores	Manter acesso a grandes mercados integrados e aprimorar gestão agrícola			Acesso a mercado, diferenciação de produto, valor agregado		Acesso a mercado, diferenciação de produto, valor agregado	Diferenciação de produto, valor agregado	Mercados mais estáveis, maior renda, valor agregado	Diferenciação do produto	Melhor acesso a mercados específicos	Diferenciação do produto	
Ônus sustentado por	Produtores e exportadores			Consumidores e produtores		Consumidores e produtores	Produtores	Consumidores	Produtores	Produtores	Consumidores e produtores	

Tabela 2 – Produção de Etanol total em milhões de litros

Ano	Brasil	Região Centro-Sul	
2011	22.682	20.542	90,57%
2012	23.226	21.362	91,97%
2013	27.476	25.575	93,08%
2014	28.480	26.232	92,11%
2015	30.232	28.225	93,36%

Fonte: MDIC, elaboração pela Autora

Tabela 3 - Padrões privados e certificações do ITC

Nome do Padrão
4C Association
ABNT Ecolabel
Accredited Fish Farm Scheme
ADM Responsible Soybean Standard
AFRISCO
Agricultura Certificada
Alliance for Responsible Mining - ARM
Alliance for Water Stewardship
Amaggi Responsible Soy Standard
Aquaculture Stewardship Council – ASC Pangasius
Aquaculture Stewardship Council – ASC Salmon
Aquaculture Stewardship Council – ASC Shrimps
BEMEFA
Better Cotton Initiative – BCI
Bio Suisse
Biosphere Responsible Tourism
Blusign System
Bonsucro
BOPP Standard – Grower Standards
BOPP Standard – Packhouse Standard
Botswana Ecotourism Certification System Accommodation Standards
Botswana Ecotourism Certification System Ecotour Standards
BRC Global Standards – Food
Bunge Pro-S Assuring Sustainable Sourcing
Business Social Compliance Initiative Code of Conduct – BSCI
CandaGAP
Carbon Trust Footprinting Company - Carbon Label
Cargill Triple S Soya Products
Cefetra Certified Responsible Soya Standard
Certified Wildlife Friendly
China Environmental Labeling
China GAP
China Social Compliance for Textile & Apparel Industry CSC9000T
Chinese National Organic Products Certification Program
Clean Clothes Campaign - Code of Labour Practices
Climate, Community & Biodiversity Standards - CCB Standards
Code of Practice for Sustainable Flower Production - EHPEA
Codex Alimentarius - Food Hygiene HACCP
Codigo Nacional de Sustentibilidad de la Industria Vitivinicola
Cotton made in Africa
Disha Common Code of Conduct - CCC
East African organic products standard (EAOPS)
Echar PA'LANTE - Colcocoa
Eco Awards Namibia
Ecotourism Kenya Eco-Rating
EcoVadis

Ekolabel Indonesia
Electronic Industry Citizenship Coalition - EICC
EO100TM Standard (Equitable Origin - EO)
EPEAT
Equitable Food Initiative - EFI
Ethical Tea Partnership – ETP
Ethical Trading Initiative – ETI
EU Organic Farming
EurepGAP
European Feed Ingredients Safety Certification – EFISC
Fair Flowers Fair Plants – FFP
Fair For Life
Fair Labor Association
Fair Stone
Fair Trade Tourism Product Certification Standard - FTT
Fair Trade USA
Fair Wear Foundation
Fairtrade International - Small Producers Organizations
Fairtrade International - Hired Labour
FairWild
Fairmined Standard-Requirements for ASMO
FAMI-QS
FEFAC Soy Sourcing Guidelines
FEMAS Responsible Sourcing of Agricultural & Natural Products
FLA Workplace Code of Conduct
Flor Ecuador
FLORIMARK GTP
Florverde Sustainable Flowers
Food Alliance
Food Safety System Certification 22000
Forest Stewardship Council - FSC - Forest Management
FSC Standard for Chain of Custody
FOS - Wild - Generic Sustainable fishing Requirements
Framework for Responsible Mining
Friend of the Sea – Master
Global Aquaculture Alliance - Best Aquaculture Practices
Global Organic Textile Standard - GOTS
Global Red Meat Standard
Global Reporting Initiative - GRI
Global Social Compliance Programme
Global Sustainable Tourism Criteria for Destinations
GLOBALG.A.P. Aquaculture
GLOBALG.A.P. Crops
GLOBALG.A.P. Floriculture
GlobalG.A.P. Livestock
GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)
GoodWeave
Good Environmental Choice Australia - GECA
Green Food
Green Lead
Green Mark Taiwan
Green Seal
Green-e
GreenLine Responsible Tourism
GMP+ Feed Certification
Guide on Social Responsibility for Chinese Int Contractors
Halal - Cosmetic and Personal Care - MS 2200:PART1:2008
Halal - Requirements for Retailing - MS 2400-3:2010 -

Halal Cosmetic and Personal Hygiene Products - PNM 08.0.802
Halal Food - MS 1500:2009 - General Guidelines
Halal Food - NM 08.0.800 - 2012 (Morocco)
Halal Food – SMIIC
Halal Food Preparation - Turkish Standard
Halal Standard India - Halal Certification Terms & Conditions
Hand In Hand (HIH) - Fair Trade Rapunzel
Harvested by Women Norms and Standards
Heritage Certification - Hotels and Tourist Accommodation
Hong Kong Green Label Scheme - HKGLS
ICTI CARE Process
IFC Performance Standards on Environmental&Social Sustainability
IFFO Global Standard for Responsible Supply (IFFO RS)
IFOAM Standard
IFS Food
International Code of Conduct for the Production of Cut Flowers
International Council on Mining and Metals
International Labour Organization Labour Standards
International Council on Mining and Metals - ICMM
International Labour Organization Labour Standards - ILO
IRMA
ISCC EU
ISCC Plus
ISCC PLUS - Voluntary Add-ons
kenya Flowers Council Institute - KFC "Gold and Silver Level"
KRAV
LEAF Marque
LIFE Certification
Marine Aquarium Council - MAC
Marine Stewardship Council – MSC
McDonalds Supplier Workplace Accountability
Milieukeur Plant Products - Protected Cultivation
Milieukeur Standard for Citrus Production - South Africa
MPS-ABC
MPS-GAP
MPS-Socially Qualified - SQ
National Ecolabelling Programme - Green Choice Philippines
Naturland Standards on Production
NTA 8080- Sustainability criteria for biomass for energy purpose
OECD Guidelines for Multinational Enterprises
OEKO-TEX® 100
OFDC Organic Certification Standards
Pacific Organic Standard Animal
Pacific Organic Standard Aquaculture
Pacific Organic Standard Crop
Programme for Endorsement of Forest Certification (PEFC)
PEFC International - Chain of Custody of Forest Based Products
Pharmaceutical Supply Chain Initiative
Predator Friendly Standards
PrimusGFS
Protected Harvest Certification Standards: Stonefruit
Protected Harvest Standards for Lodi Winegrapes
Protected Harvest Standards for Oranges and Mandarines
ProTerra Foundation
Rainforest Alliance Verification Standard for Tourism Services
Red Tractor Combinable Crops and Sugar Beet Standards
Red Tractor Fresh Produce Standards
RESPECT'in

Responsible Jewellery Council (RJC)
Responsible Tourism Tanzania
Round Table on Responsible Soy Association - RTRS
Roundtable on Sustainable Biomaterials - RSB
Roundtable on Sustainable Palm Oil - RSPO
RSG Requirements (based on RTRS)
Rurgmark
Safe Quality Food Program – SQF
SAI Platform -- Farm Sustainability Assessment
Sedex Global (Supplier Ethical Data Exchange)
Sedex Members Ethical Trade Audit - SMETA Best Practice Guidance
Seychelles Sustainable Tourism Label
SGE 21
Singapore Green Labelling Scheme
Small Producers Symbol
Social Accountability International - SA8000
SOCIALCARBON® Standard
Soil Association organic standards
STeP by OEKO-TEX ®
Sustainability Assessment of Food and Agriculture systems - SAFA
Sustainability Initiative of South Africa (SIZA)
Sustainable Agriculture Network - Rainforest Alliance
Sustainable Forestry Initiative - SFI
Sustainably Grown
Swiss Norme Halal n°12014-03 - Les aliments Halal - Exigences
TerraChoice -EcoLogo Program (UL Ecologo Certification)
Test
TFT Responsible Stone Program
Thai Green Label
The Carbon Neutral Protocol
The EU Ecolabel
The European Ecotourism Labelling Standard
The Gold Standard
Together for Sustainability
TourCert
Travelife Award of Excellence
Travelife Gold Award for large hotels/groups
Travelife Gold Award for small/medium-sized hotels
Triple Sello
U.S. Soybean Sustainability Assurance Protocol
UN Global Compact
Unilever Sustainable Agriculture Code
Union for Ethical BioTrade – UEBT
USDA National Organic Program
UTZ
Verified Carbon Standard – VCS
Veriflora
Water Stewardship Initiative
WFTO Guarantee System
Wine and Agricultural Ethical Trading Association (WIETA)
Workplace Condition Assessment (WCA)
Worldwide Responsible Accredited Production – WRAP
XertifiX
Zerya

Fonte: <http://www.standardsmap.org/identify>, elaboração pela autora

Gráfico 1: Evolução das áreas em conformidade com Padrões Voluntários de Sustentabilidade no mundo entre 2008 e 2013 (para apenas oito *commodities* selecionadas).

Sources: FIBL-IISD-ITC survey, 2015; 4C Association, 2014 and 2015; Better Cotton Initiative (BCI), 2014 and 2015; Bonsucro, 2014 and 2015; Cotton Made in Africa (CmiA), 2014 and 2015; Fairtrade International, 2014 and 2015; GLOBALG.A.P., 2015; FIBL, 2015; ProTerra Foundation, 2014 and 2015; Rainforest Alliance/SAN, 2014 and 2015; Roundtable of Sustainable Palm Oil (RSPO), 2014 and 2015; Round Table for Responsible Soy (RTRS), 2014 and 2015; UTZ Certified, 2014 and 2015.

Gráfico 2: Exportação de Etanol brasileiro em mil litros.

Gráfico 3: Exportação de Etanol brasileiro em Mil US\$ FOB.

Gráfico 4 – Sede das entidades não-governamentais por continente.

Gráfico 5 – Tipos de auditoria exigidos pelas Entidades Emissoras de PPS em etanol.

Gráfico 6 – Composição do órgão superior administrativo das entidades não governamentais emissoras de PPS sobre etanol – Novembro de 2016.

Gráfico 7 – Composição do órgão superior administrativo das entidades não governamentais emissoras de PPS sobre etanol - Novembro de 2016.

Gráfico 8 – Quantidade de padrões sociais em vigor por entidade em 2016.

Gráfico 9 – Quantidade de padrões em gerenciamento em vigor por entidade em 2016.

Gráfico 10 – Quantidade de padrões em qualidade em vigor por entidade em 2016.

Gráfico 11 – Quantidade de padrões em ética em vigor por entidade em 2016.

Gráfico 12 – Quantidade de PPS sobre produção e exportação de etanol brasileiro em vigor em 2016.

Gráfico 13 – PPS sobre produção e exportação de etanol brasileiro em vigor em 2016 – Mandatórios e Voluntários: % intratópico.

Gráfico 14 – PPS sobre produção e exportação de etanol brasileiro em vigor em 2016 – Distribuição regional por tópico do total normativo.

Gráfico 15 – PPS sobre produção e exportação de etanol brasileiro em vigor em 2016 – Distribuição regional do total normativo em porcentagem intratópico.